

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.470 - RJ (2019/0225405-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS S.A**  
**OUTRO NOME : VRG LINHAS AEREAS S.A**  
**SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A**  
**ADVOGADO : OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ - DF015553**  
**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ**  
**SUSCITADO : JUÍZO DA 76A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**  
**INTERES. : PAULO ANDRE SA MAIA**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido de liminar, no qual são suscitantes **GOL LINHAS AÉREAS S.A., VRG LINHAS AÉREAS S.A. e GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.** e suscitados o Juízo de Direito da 1.<sup>a</sup> Vara Empresarial do Rio de Janeiro-RJ e Juízo da 76.<sup>a</sup> Vara do Trabalho de São Paulo-SP, em que se discute qual dos suscitados seria o competente para dar seguimento à Reclamação Trabalhista n.º 0090900-38.2008.5.02.0076, que lhe move Paulo André Sá Maia.

Alegam as autoras que: a) os credores da VARIG S.A - em recuperação judicial - decidiram, em assembléia, alienar a unidade produtiva Varig (UVP), na forma do art. 60, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005; e, b) em 20/07/2006, arrematou a empresa leiloadada, tendo a transação sido homologada na mesma data.

Em razão da recuperação judicial, o Juízo da 8.<sup>a</sup> Vara Empresarial do Rio de Janeiro determinou que ficasse expresso no edital que a transferência patrimonial não consentiria na assunção do passivo da Varig.

Não obstante, o juízo trabalhista, ora suscitado, julgou procedente reclamatória trabalhista em face da VARIG S.A., declarou a sucessão das suscitantes e direcionou para elas a execução trabalhista.

Informam que há bloqueio nas suas contas, com vistas à garantia da execução, e na iminência de serem levantados.

Aduzem que tais atos estão contaminados por flagrante ilegalidade, merecendo, pois imediata suspensão.

Para tanto, sustentam que, uma vez deferido o pedido de recuperação judicial, em respeito ao princípio da isonomia entre os credores, a competência para processar as execuções individuais e determinar a realização de atos constitutivos, aptos a

# *Superior Tribunal de Justiça*

alcançar seu patrimônio, é do juízo universal e não da vara comum.

Em caráter liminar, pugnam pelo sobrestamento da execução no sobredito juízo baiano, bem como a designação de um Juízo para apreciar questões urgentes. No mérito, requerem seja declarada a competência do Juízo da recuperação judicial.

O pedido liminar foi **parcialmente deferido**, nos termos da decisão de fls. 153-156.

Prestadas as informações (fls. 159-161), o Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo da Recuperação Judicial (fls. 166-170).

É o relatório.

## **Decido.**

Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, por envolver juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, I, "d", da Constituição Federal.

**1.** Cinge-se a controvérsia em saber a quem compete decidir sobre execução de valores a que foram condenadas as suscitantes, tendo em vista o trâmite de ação de recuperação judicial da VARIG S.A..

A questão já se encontra pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que reconhece ser o juízo onde se processa a recuperação judicial o competente para julgar as causas pertinentes aos interesses e bens da sociedade recuperanda, inclusive para o prosseguimento dos atos de execução, mesmo quando o crédito seja anterior ao deferimento do processo de soerguimento, devendo, portanto, se submeter ao plano recuperacional, sob pena de inviabilizá-lo.

No caso, o processo de recuperação judicial em que se encontra a VARIG S.A. impõe o reconhecimento do juízo universal como o competente para apreciar a sucessão ventilada nos autos.

Nesse sentido, vale trazer a lume ementa exarada no julgamento do CC 82.445/RJ, da relatoria do Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, cuja matéria, ali versada, revela identidade com a espécie ora em apreço:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO DO TRABALHO. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ALIENAÇÃO DE ATIVOS E PAGAMENTO DE CREDORES. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. ATOS DE EXECUÇÃO. MONTANTE APURADO. SUJEIÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRESSUPOSTOS E ALCANCE DA LEI N. 11.101/05. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PRECEDENTES DO STJ.

Assim, diante das regras estabelecidas nos artigos 60, parágrafo único, e 141, ambos da Lei n.º 11.101/05, tratando-se de empresas envolvidas em processo de recuperação judicial, deverão se concentrar no juízo universal todas as demandas referentes à causa, incluindo, nessa esteira, as relativas às empresas sucessora e sucedida.

Afinal, as decisões proferidas nas reclamações trabalhistas ou nas ações cíveis podem alterar o plano de recuperação aprovado, o que não se pode admitir diante do entendimento dessa Corte, o qual atribui ao juízo da recuperação a competência para decidir sobre o destino do patrimônio da empresa recuperanda, sob pena de se prejudicar o funcionamento da sociedade empresária, comprometendo-se o sucesso da demanda.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EXECUÇÃO TRABALHISTA - COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ - AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Juízo universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações trabalhistas propostas em face da Varig S/A e da VRG Linhas Aéreas S/A (arrematante da UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.

2. Competência do Juízo da Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, para o prosseguimento das execuções trabalhistas.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 121.276/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 08/02/2017)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL PARA TODOS OS ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÇÃO PATRIMONIAL. PENHORA ANTERIOR. PRECEDENTES.

1. Respeitadas as especificidades da falência e da recuperação judicial, é competente o juízo universal para prosseguimento dos atos de execução, tais como alienação de ativos e pagamento de credores, que envolvam créditos apurados em outros órgãos judiciais.

2. O fato de haver penhora anterior ao pedido de recuperação judicial, em nada afeta a competência do Juízo Universal para deliberar acerca da destinação do patrimônio da empresa suscitante, em obediência ao princípio da preservação da empresa.

3. Agravo interno no conflito de competência não provido.

(AgInt no CC 152.153/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 15/12/2017)

2. Ante o exposto, **conheço** do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 1.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ, para a prática de atos de constrição sobre o patrimônio das suscitantes, referentes aos autos da Reclamação

# *Superior Tribunal de Justiça*

Trabalhista n.º 00909003820085020076, que lhe move Paulo André Sá Maia, perante o Juízo da 76.ª Vara do Trabalho de São Paulo-SP.

Publique-se. Intimem-se. Oficiem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

